

Trabalho, moradia e (i)mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro

Luciana Corrêa do Lago

Resumo

O artigo busca analisar a dimensão territorial das desigualdades sociais na metrópole brasileira, confrontando os mecanismos de acesso ao trabalho e à moradia às estratégias de localização dos setores populares urbanos. A condição de acessibilidade diária ao trabalho é, hoje, o critério central na escolha do lugar de moradia por parte desses setores, não apenas pelo crescimento abusivo dos custos com transporte, mas também pela crescente instabilidade da renda do trabalho. Nesse sentido, será examinada a tese, difundida nos últimos anos no Brasil, de que estaria aumentando a imobilidade dos pobres nas cidades, apontando para uma tendência ao isolamento territorial.

Palavras-chave: desigualdade socioespacial; dinâmica metropolitana; trabalho informal; mobilidade espacial; periferia metropolitana; estratégia habitacional.

Abstract

The paper intends to analyze the territorial dimension of social inequalities in the Brazilian metropolis, confronting the mechanisms of access to housing and to the labour market with the location strategies of low income groups in the metropolis. The condition of daily accessibility to the workplace is today a central criterion in the choice of the dwelling place, not only due to the excessive increase in transportation costs but also due to the increasing instability of workers' income. It is evident, thus, that the spatial and social immobility of the low income groups has been growing. This has transformed their precarious housing areas into spaces of precarious work.

Keywords: *social-spatial inequality; metropolitan dynamics; informal work; spatial mobility; metropolitan periphery; housing strategy.*

Introdução

A experiência cotidiana das “classes populares” nas metrópoles brasileiras vem se alterando, nos últimos vinte anos, ante a redução do campo de possibilidades de acesso à moradia e ao trabalho. No que se refere à moradia, a difusão do mercado informal por todo o tecido urbano evidencia mudanças na histórica conjugação entre as formas mercantis e não-mercantis de produção e consumo da habitação. A crescente mercantilização dos territórios populares interfere fortemente nas estratégias de localização dos segmentos sociais desfavorecidos. Quanto ao mundo do trabalho, a redução do emprego estável e da capacidade de endividamento das famílias tem elevado o contingente de trabalhadores em busca diária por atividades geradoras de alguma renda. Não se trata, apenas, do aumento da mão-de-obra sem carteira assinada ou autônoma, mas do grau de vulnerabilidade dentro do próprio mercado informal. É de tais alterações no mundo do trabalho e no “mundo da vida” e seus efeitos sobre a dinâmica urbana, particularmente as formas de integração à metrópole, que tratará o presente trabalho.¹

O estímulo inicial às reflexões que se seguem partiu da tese, difundida nos últimos anos pela mídia e pelos órgãos públicos, de que estaria ocorrendo, no Brasil, uma crescente imobilidade espacial dos trabalhadores pobres no interior das cidades. O aumento das tarifas dos transportes coletivos muito acima da variação da renda desses trabalhadores estaria reduzindo as possibilidades de circulação e, portanto, de acesso ao trabalho, comércio e serviços. Sabemos que o tema da mobilidade e proximidade geográficas

aponta para as conexões entre a espacialidade das atividades econômicas e dos serviços públicos e os mecanismos de acesso à moradia, ao trabalho, aos serviços e à cultura, ou seja, à cidadania (Harvey, 1980). Apon-ta, ainda, para a noção de “isolamento”, que vem sendo resgatada pela sociologia urbana, nos tempos atuais, ao discutir as transformações no padrão de segregação² nas grandes cidades, tanto nos países centrais como nos periféricos.

Uma segunda tese, que contribuiu para a presente análise, refere-se ao processo de crescimento e dinamização de subcentros econômicos na “periferia” metropolitana do Rio de Janeiro, acompanhado pelo aumento e pela concentração, nesses subcentros, de moradores de classe média, que até os anos 80, eram pouco significativos na região. A seguir, serão aprofundadas e articuladas essas teses, tendo como base algumas evidências estatísticas construídas com base em três hipóteses:

1. O aumento da imobilidade dos trabalhadores estaria relacionado à expansão da economia informal precária nas áreas periféricas populares, inclusive nas mais distantes do centro, evidenciando uma descentralização econômica “perversa”, ou seja, áreas populares desconectadas dos centros, abrigando uma economia precária de “auto-subsistência”. A expansão dessa economia em áreas distantes poderia ser explicada, em parte, pela descrença na mobilidade em direção ao centro como estratégia de alcançar trabalho. As classes médias residentes nessas áreas teriam seus vínculos de trabalho e consumo com os centros econômicos, estando, portanto, desconectadas do seu entorno imediato.

2. O aumento da imobilidade dos trabalhadores estaria relacionado a um maior dinamismo econômico em subcentros periféricos, através da expansão do capital, e, conseqüentemente, a um mercado de trabalho para os setores médios. Tal dinamismo geraria, ainda, uma economia informal de serviços de baixa qualificação.

3. O aumento da imobilidade dos trabalhadores estaria relacionado ao grande aumento no percentual de desocupados nas áreas periféricas, que não teriam condições de se deslocarem para os centros em busca de trabalho, perpetuando a condição de desocupado. Os trabalhadores, tanto em ocupações superiores quanto precárias, permaneceriam, nesse caso, com alta mobilidade para as áreas centrais.

As três hipóteses poderiam justificar a expansão das favelas para as áreas periféricas, assim como a densificação das já existentes nas áreas centrais e suburbanas da capital. Morar próximo dos centros e subcentros é um fator central de inserção no mercado de trabalho (formal e informal), em função dos custos com transporte e do próprio mercado de trabalho, marcado pela instabilidade do emprego e da renda. Somam-se a esse quadro, a falta de uma política habitacional com subsídios direcionados para a população com até cinco salários mínimos mensais e a redução da oferta de lotes populares pelo mercado informal.

Inicialmente, será apresentada uma breve contextualização do debate em torno das tendências socioterritoriais nas metrópoles brasileiras, para, em seguida, ser desenvolvida, com base em dados censitários, uma análise empírica sobre o espaço intrametropolitano do Rio de Janeiro orientada pelas três hipóteses. Cabe esclarecer que tal

análise tem um forte caráter exploratório ao buscar relacionar variáveis do mundo do trabalho (perfil socioocupacional) e da mobilidade pendular, não tendo a pretensão de comprovar as hipóteses levantadas.

Visões das desigualdades socioterritoriais nas metrópoles brasileiras

Nas metrópoles brasileiras, a combinação de modos de integração econômica no urbano (relações mercantis e não-mercantis), numa sociedade crescentemente desigual, resultou num padrão de estruturação espacial segregador e reprodutor, na esfera do consumo, das desigualdades de classes. A literatura dos anos 70 e 80 destacou o caráter dual de tal padrão, denominado centro-periferia, marcado pela distância física e social entre as classes (Ribeiro e Lago, 1992; Lago, 2000). A concentração do emprego, da moradia das classes médias e superiores, e dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas centrais e, conseqüentemente, as enormes carências que marcavam os espaços periféricos sustentaram, até os anos 80, a visão dual da metrópole. Na perspectiva crítica, esse espaço dual e desigual era a forma e a condição de integração na economia urbana dos trabalhadores pobres de países dependentes, condição essa que se dava, fundamentalmente, pelo acesso à situação de proprietários fundiários e aos meios de circulação casa/trabalho (Kowarick, 1983). A omissão do poder público, tanto no que se refere à regulação do uso do solo quanto aos investimentos em equipamentos e

serviços, garantia o baixo valor da terra e, por isso, a difusão da propriedade.

A partir dos anos 80, a crise econômica/estatal e a valorização das áreas periféricas consolidadas atingiram diretamente as formas de acesso à casa própria para amplos segmentos sociais de baixa renda. Por um lado, a construção de conjuntos habitacionais pelo poder público encerra-se com o fim do BNH, em 1986. Por outro, inflação, achatamento salarial, instabilidade no emprego e encarecimento da terra levaram à retração, a partir dos anos 80, da produção extensiva de loteamentos populares na periferia. Convém lembrar que a crescente incapacidade de endividamento por parte dos trabalhadores não se deve apenas à desvalorização dos salários ante o acelerado processo inflacionário no período; o aumento da instabilidade do trabalho e da incerteza em relação ao rendimento mensal é outro fator que interferiu diretamente nas possibilidades de acesso à moradia por segmentos sociais que, não tendo condições de poupar, tinham como única saída o endividamento a longo prazo. No entanto, o empobrecimento das camadas populares não tem inviabilizado o acesso à propriedade na periferia distante, através da compra do lote. Embora num ritmo bem inferior aos dos anos 50 e 60, o mercado informal de lotes populares nos municípios localizados na fronteira metropolitana do Rio de Janeiro e na zona oeste da capital, garantiu, nas duas últimas décadas, taxas de crescimento demográfico acima de 3% ao ano, e as mesmas condições de carências urbanas das décadas anteriores.

Tendo em vista a crise econômica e os seus efeitos sobre as condições de reprodução social, os estudos urbanos recentes bus-

caram redefinir o modelo analítico centro-periferia, com base em duas alterações centrais: (i) na escala da segregação, em função da redução da distância física entre ricos e pobres e (ii) na “natureza” da segregação, seja pela auto-segregação das camadas superiores e médias na forma de enclaves desconectados da vida urbana local, seja pela segregação compulsória das camadas inferiores em espaços entendidos como disfuncionais para a economia urbana e de risco para a ordem urbana. Na América Latina, esse padrão fragmentado/excludente tem sido pensado em contraposição ao padrão desigual integrado *centro-periferia* consolidado nos estudos urbanos como expressão e até mesmo como explicação da dinâmica de organização interna do espaço metropolitano (Portes, 1989; Caldeira, 2000).

O modelo dualista, para cumprir sua função (política e analítica) de evidenciar e mesmo exacerbar as dramáticas condições de reprodução da classe trabalhadora nas grandes cidades, homogeneizou socialmente vastas áreas nas metrópoles que não se enquadravam nas características do “núcleo”. Conseqüentemente, a partir desse modelo, não era (nem é) possível analisar (i) a distinção entre bairros operários atrelados à indústria de transformação e bairros “populares” que concentravam prestadores de serviço sem qualificação, ou ainda, (ii) os bairros de “classe média” distantes dos centros metropolitanos, que cumpriam a função de “núcleos” nessas áreas. Nesse sentido, a configuração do espaço metropolitano é, e sempre foi, mais complexa do que aquela construída pelo modelo núcleo-periferia.

O debate sobre a emergência de novas “centralidades” nas periferias metropolitanas

está pautado pelas alterações econômicas e sociais produzidas, nessas áreas, pelos condomínios cercados e pelos *shopping centers*.³ O aparecimento de verdadeiros bairros e centros comerciais para classe média em territórios tipicamente populares e operários, embora na forma de “enclaves fortificados” (Caldeira, 2000), estariam gerando uma nova economia local (para além dos muros, inclusive), centrada em atividades formais e informais de serviço e comércio. Fica, entretanto, a dúvida sobre os efeitos desses novos arranjos territoriais na (re)produção das desigualdades sociais, nas metrópoles brasileiras. A desconcentração econômica, por si só, não garante a redistribuição dos mecanismos de acesso a uma vida digna.

A importância dessa discussão está, não apenas, em evidenciar mudanças no padrão de desigualdades socioespaciais, mas em resgatar, para a reflexão acadêmica, especialmente para a sociologia urbana, o papel determinante da dimensão territorial – distância/proximidade – na reprodução das relações sociais. No projeto de modernidade instaurado no Brasil no início do século passado, a invisibilidade dos pobres foi sempre um objetivo a ser alcançado e as políticas urbanas cumpriram muito bem a função de garantir tal invisibilidade através da distância geográfica. Urbanizar, ordenar, regular ou “limpar” os centros urbanos foram, e continuam sendo, ações de redirecionamento daqueles que estão “fora do lugar”. A questão que se coloca, hoje, é se os novos condomínios periféricos estariam na contramão desse projeto de modernidade, ao aproximarem as classes médias das classes populares. Ou seja, quais os efeitos da maior visibilidade dos pobres e de seus

espaços de reprodução para as relações de dominação material e simbólica que determinam as possibilidades de acesso à cidade pelas diferentes classes sociais? Tais questões carregam uma complexidade teórica e analítica que não será alcançada no presente texto. A idéia, aqui, é contribuir na reflexão sobre as desigualdades intra-urbanas, em particular sobre a aproximação física e o distanciamento social entre as classes e os mecanismos de acesso aos bens e serviços urbanos, tendo em vista os processos econômicos e políticos geradores dos fenômenos citados e suas conseqüências sobre a dinâmica urbana, em particular a emergência das chamadas novas “centralidades” e a diminuição da mobilidade na metrópole.

As tendências do mercado de trabalho e da hierarquia social na metrópole do Rio de Janeiro, na década de 1990

Os trabalhadores brasileiros, e particularmente aqueles que vivem nas metrópoles, tornaram-se, a partir dos anos 80, mais pobres no que se refere à renda e mais vulneráveis quanto à estabilidade do trabalho (Pochman, 2006; Neri, 1999). À precarização de tais condições objetivas soma-se, ainda, a inflexão nas expectativas de ascensão social que deixaram de ser subjetivamente incorporadas por grande parte da população. Nesse quadro, o Rio de Janeiro apresenta uma particularidade ante as demais metrópoles brasileiras: a sua histórica crise econômica, que se iniciou muito antes da

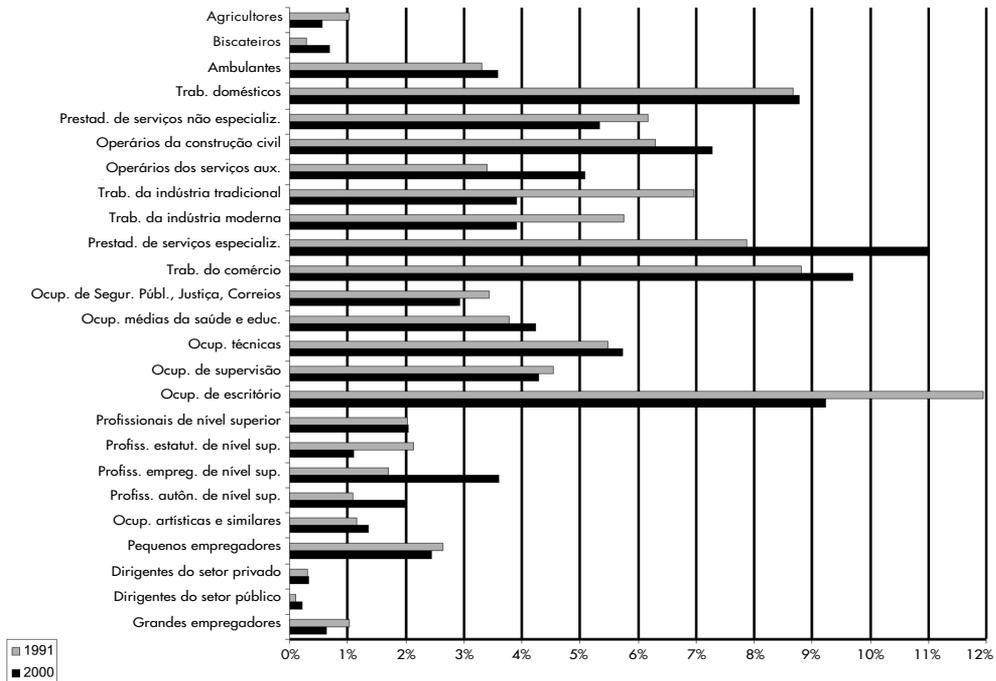
chamada “década perdida”. Desde os anos 40, a região vem perdendo posição relativa em relação a São Paulo e, posteriormente, a outras regiões, valendo destacar os efeitos negativos da mudança da capital para Brasília em 1960. Como capital, a cidade abrigava um importante setor bancário, a sede de numerosas empresas privadas e estatais e, ainda, um amplo sistema de transportes. Dois processos caracterizam o quadro de instabilidade da economia fluminense: (i) a perda da capacidade competitiva da indústria, com o eixo mais moderno deslocando-se para São Paulo e sua região de influência e, mais recentemente, para Belo Horizonte e (ii) a perda da atratividade para a localização de sedes de empresas, privadas e estatais, principalmente no que diz respeito ao sistema financeiro (sedes de bancos) que se desloca para a cidade de São Paulo.

Tal crise, no entanto, não tirou a metrópole fluminense⁴ da posição, no presente milênio, de segundo pólo de concentração de população e atividades econômicas do país, no que se refere ao volume de atividades, fluxos e oferta de bens e serviços mais raros e avançados, característicos da “nova economia”. Essa característica, no entanto, não gerou um alto grau de atratividade populacional no período: a região permaneceu com a menor taxa de crescimento demográfico dentre as grandes metrópoles – 1,1% ao ano –, evidenciando um saldo migratório negativo. São Paulo, Porto Alegre e Recife apresentaram um crescimento em torno de 1,6% e Belo Horizonte alcançou 2,15%.

Examinando o mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro, entre 1991 e 2000, verifica-se que o conjunto de trabalhadores em ocupações manuais (operários da indústria, comerciários, prestadores de

serviços, trabalhadores domésticos e ambulantes), que representa o “mundo popular”, sofreu um pequeno aumento relativo, passando de 58% para 60% do total de trabalhadores. Dentro desse universo, entretanto, foram os trabalhadores do terciário (especialmente os trabalhadores manuais em serviço especializado e, em menor escala, os comerciários) os principais responsáveis pelo referido aumento, seguidos pelos operários da construção e pelos ambulantes (Gráfico 1). Pode-se inferir que tais tendências apontam para a precarização⁵ das relações de trabalho na metrópole fluminense, já tão evidenciada por outros autores (Oliveira, 2004):⁶ entre as categorias socioocupacionais analisadas, aquelas que apresentavam, em 2000, os maiores percentuais de empregados sem carteira + autônomos eram justamente os operários da construção (75%), os ambulantes (95%), os prestadores de serviço especializado (50%) e os trabalhadores domésticos (65%).

A crise do setor industrial explica a queda na participação relativa dos operários da indústria, particularmente da indústria tradicional, que caiu de 7% para 3,9%. Soma-se a essa queda o elevado peso, em 2000, dos trabalhadores sem carteira ou autônomos no setor tradicional (57%), cujo universo engloba a mão-de-obra feminina na confecção de roupa, muito significativa em alguns municípios periféricos, como São João de Meriti. Interessante notar que os operários do setor de serviços auxiliares à indústria (água, eletricidade, gás, etc.) tiveram um pequeno aumento em sua participação. Como veremos mais à frente, de uma maneira geral, essas tendências em relação ao “mundo popular” apresentaram uma certa regularidade por toda a área metropolitana, com exceção dos

Gráfico 1 – Estrutura socioocupacional RMRJ
1991 – 2000

trabalhadores domésticos e dos operários da construção, cujos percentuais sofreram um queda significativa em algumas áreas e aumento em outras.

No que se refere aos segmentos sociais médios e superiores, destaca-se o aumento na participação dos profissionais de nível superior, tanto na média metropolitana quanto na maioria das áreas intra-metropolitanas. No entanto, as quatro sub-categorias de profissionais que formam essa categoria não obedeceram às mesmas tendências: enquanto a participação dos funcionários públicos sofreu uma diminuição, os profissionais do setor privado, tanto os empregados quan-

to os autônomos, apresentaram elevação em seus percentuais (Gráfico 1). Não houve alteração no peso dos professores de nível superior. Quanto aos trabalhadores em ocupações médias, estes sofreram uma queda no período, em função da significativa diminuição no peso das ocupações de escritório e, em menor escala, de serviços de segurança, justiça e correios. Além disso, as ocupações técnicas e aquelas da saúde e educação apresentaram aumento em seus respectivos percentuais.

Vejamos, a seguir, o rebatimento dessas tendências gerais da estrutura social no espaço intrametropolitano do Rio de Janeiro.

As alterações na estrutura socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro, nos anos 90

Em 1980, após o chamado “milagre econômico”, a metrópole do Rio de Janeiro apresentava uma configuração socioespacial hierarquizada,⁷ que expressava a complexidade da estrutura social da região⁸ e exigia uma relativização da dualidade contida no padrão núcleo-periferia. Uma primeira evidência dizia respeito às áreas “polares” da hierarquia – áreas do tipo superior e dos tipos populares – onde, pelo modelo dual, se esperaria um maior grau de homogeneidade social. Em todas as áreas da zona sul do Rio de Janeiro (lôcus da elite carioca), excluídas as áreas de favela, o percentual das categorias ocupacionais superiores (empresários, dirigentes e profissionais) entre os residentes não passava de 38%, ficando as categorias médias em torno de 30% e as inferiores em torno de 35%. O elevado percentual das categorias proletárias e subproletárias é explicado, em parte, pela forte presença das empregadas domésticas, que representavam, em 1980, 17% da população ocupada nas áreas nobres da cidade. Esse segmento, entretanto, não utilizava os mecanismos de mercado para o acesso à moradia: 90% era, na zona sul, o percentual médio de empregadas domésticas residindo na casa do patrão. Mas vale observar que ainda 20% dos residentes nessas áreas eram das categorias sociais inferiores, com acesso através do mercado.

No outro pólo, as áreas de tipo popular agrícola, embora com menor heterogeneidade social – 74% dos residentes eram pro-

letários ou subproletários – apresentavam um percentual de categorias médias não desprezível – 11,6% – e ainda cerca de 4% de categorias superiores. Vale lembrar que essas áreas se situavam nas fronteiras da metrópole e se diferenciavam das demais áreas populares pela ainda forte presença, em 1980, dos trabalhadores agrícolas (10%). A periferia mais consolidada, por sua vez, apresentava um número significativo de áreas (28 áreas) de tipo médio – na Baixada Fluminense e São Gonçalo –, nas quais as categorias médias eram as de maior peso e as categorias superiores chegando, em algumas áreas centrais dos municípios, a 19% da população ocupada.

A partir desse quadro, a análise referente à década de 1980 evidenciou duas principais tendências na estruturação do espaço metropolitano do Rio de Janeiro: elitização e favelização nos espaços valorizados e diversificação social espacialmente restrita na periferia.⁹ A primeira tendência socioespacial refere-se à elitização da população residente em áreas com significativa intervenção do capital imobiliário, responsável pelas mudanças de uso do espaço construído, onde se verificou o aumento no peso dos profissionais de nível superior e, em menor grau, dos trabalhadores em ocupações médias e pela diminuição relativa dos prestadores de serviço, trabalhadores domésticos e operários da construção civil. A contra-tendência ao “fechamento” das áreas elitizadas para os setores de baixa renda foi a retomada, nesses espaços, do crescimento das favelas, a partir dos anos 80, seja através da densificação das já existentes, seja através do surgimento de novas.¹⁰

A diversificação social de determinadas áreas localizadas na periferia está

associada, em certa medida, à “entrada” de novos empreendimentos imobiliários e, conseqüentemente, a mudanças no padrão habitacional local. É o que denominamos expansão das fronteiras do “núcleo”. Verifica-se essa tendência nas áreas centrais de Campo Grande (zona oeste do Rio de Janeiro) e dos municípios periféricos de Nova Iguaçu e Caxias, onde o aumento mais significativo ocorreu nas categorias médias de supervisão e de ensino, e nos pequenos empregadores, mas sem grandes alterações no elevado peso do proletariado dos serviços e do comércio. Cabe mencionar que a “modernização” do espaço periférico não se restringiu ao setor construtivo residencial, contando ainda com a chegada dos *shopping-centers*, no início dos anos 90, e com o redirecionamento, mesmo que parcial, dos investimentos públicos em saneamento para essa área.

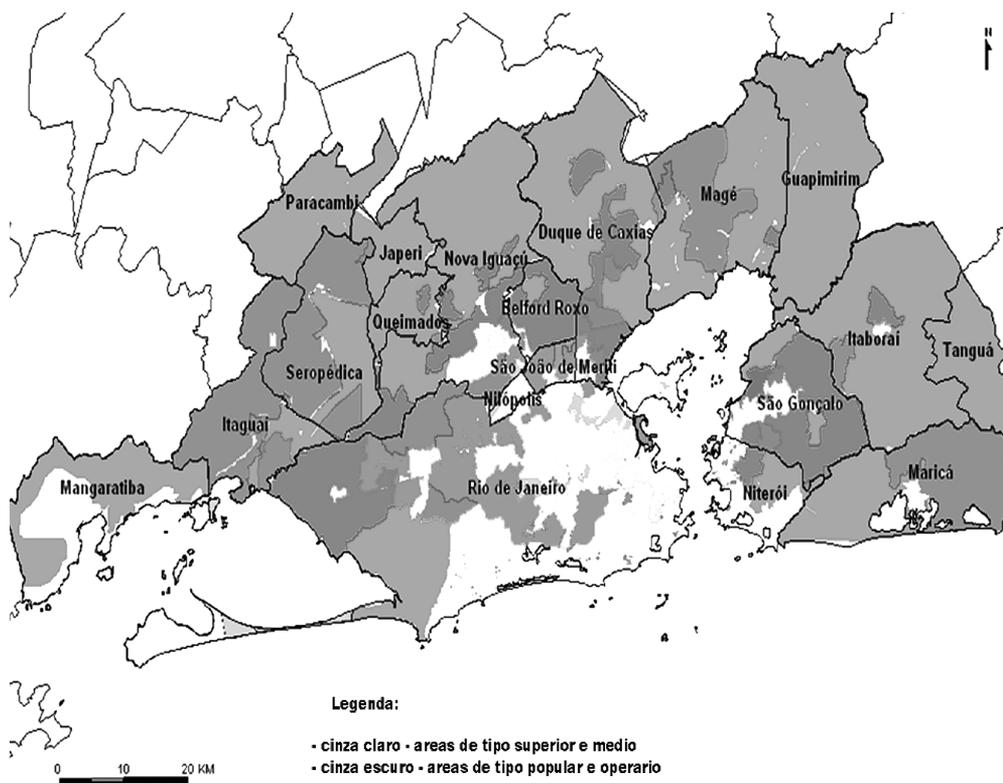
Vejamos, então, em que medida as políticas recessivas implementadas nos anos 90 e a ausência de uma política habitacional para os setores médios inferiores e para os trabalhadores precarizados, ao longo do mesmo período, alteraram ou aprofundaram as tendências socioespaciais apontadas anteriormente.

O primeiro olhar será sobre as áreas de tipo superior e médio. Na maioria dessas áreas¹¹ (Mapa 1), manteve-se o aumento significativo na participação dos profissionais de nível superior (o que indicaria a continuidade do processo de “elitização”), porém, acompanhado do aumento relativo dos trabalhadores manuais em serviços especializados (o que, por sua vez, indicaria uma tendência à proletarização). Nas áreas superiores do Rio de Janeiro ocorreu, ainda, a queda dos empresários e dirigentes,

dos trabalhadores em ocupações médias de escritório e dos trabalhadores domésticos e o aumento do peso daqueles em ocupações médias de saúde/educação, supervisão e técnicas. É interessante observar que a redução no peso dos trabalhadores domésticos ocorreu apenas nas áreas superiores da capital e em Niterói, que passaram a apresentar, em 2000, o mesmo percentual das áreas de tipo médio: cerca de 6% do total de ocupados. Esse conjunto de dados nos permite inferir que as áreas mais valorizadas da metrópole sofreram um processo de “elitização” que, no entanto, não impediu a permanência, ou mesmo a entrada, de segmentos médios e proletários.

Nas áreas de tipo superior e médio, localizadas na periferia metropolitana, apenas a área central de Nova Iguaçu apresentou mudanças em seu perfil social no sentido de uma clara “elitização”: não somente o percentual de profissionais passou de 10,6% para 18,8%, mas os empresários e dirigentes e os pequenos empregadores também elevaram seus respectivos pesos. Além disso, todas as outras categorias sociais perderam posição relativa (como os operários da indústria e da construção e os empregados de escritório) ou permaneceram com a mesma participação (como os prestadores de serviço). Até mesmo os ambulantes apresentaram diminuição em seu percentual, diferentemente de todas as outras áreas superiores ou médias, com exceção de Nilópolis. Nas áreas médias de Caxias e São Gonçalo, houve um aumento relativo, tanto dos profissionais de nível superior quanto dos prestadores de serviço manuais e dos operários da construção. Em São João de Meriti, ocorreu uma ligeira tendência à proletarização das áreas médias.

Mapa 1 – Tipologia socioespacial
Região Metropolitana do Rio de Janeiro por áreas (2000)



Fonte: Observatório das Metrópoles. Equipe Metrodata. 2006.

Como já mencionado, o aumento da diversidade social em determinadas áreas da periferia pode estar indicando tanto um maior dinamismo econômico da região, com ampliação do mercado de trabalho local mais qualificado, quanto um novo mercado imobiliário para setores médios não integrados socialmente a sua vizinhança. A mobilidade pendular, como veremos, dará algumas “pistas” para tal questão. Mas, antes, vejamos algumas tendências verificadas nas áreas operárias e populares,¹² particularmente naquelas localizadas na periferia metropolitana.

Uma primeira evidência é o aumento relativo na participação dos profissionais de nível superior e dos trabalhadores manuais dos serviços especializados, ou seja, uma certa diversificação social nas áreas populares e operárias. Porém, dentro desse universo, encontram-se áreas com tendência a uma maior elevação de seu perfil social, como no caso de Mangaratiba e Maricá, municípios na fronteira metropolitana em expansão, conectados com a economia do lazer e do turismo litorâneo das chamadas “Costa Verde” e “Costa do Sol”, respectivamente.¹³ Em Mangaratiba, houve aumento

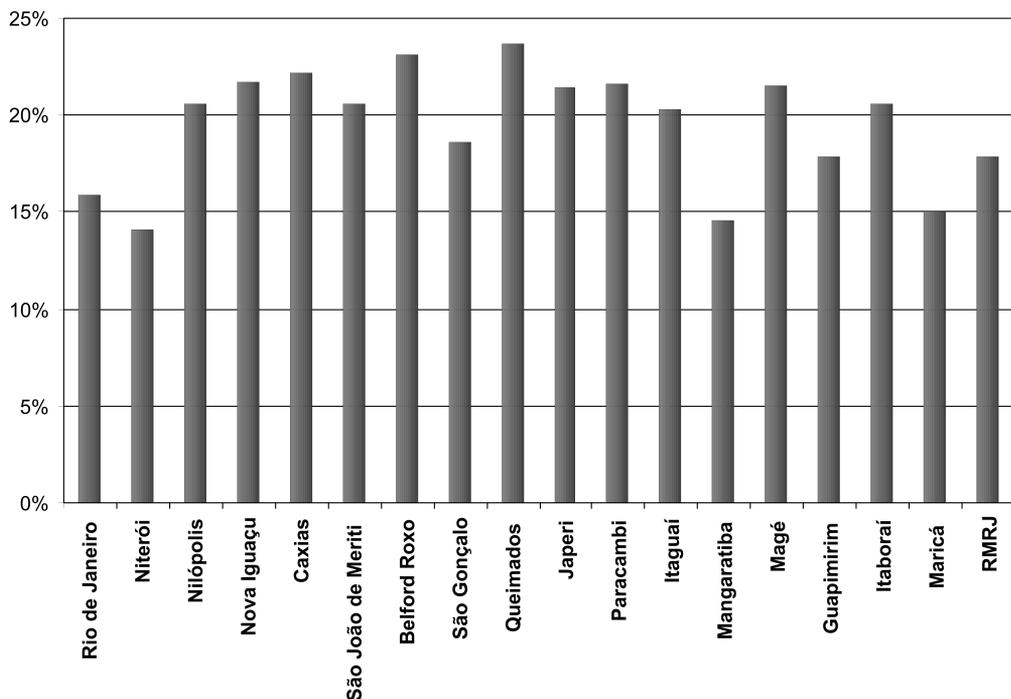
no peso dos profissionais, empresários e ocupações médias e diminuição dos operários, trabalhadores domésticos e ambulantes. Tais mudanças estão, sem dúvida, relacionadas ao maior dinamismo econômico da região.

Observa-se, ainda, áreas na periferia distante, correspondentes aos municípios de Japeri (uma das menores arrecadações do estado do Rio de Janeiro), Itaguaí e Paracambi, onde somente as categorias ocupacionais inferiores (domésticas, prestadores de serviço e ambulantes) apresentaram aumento relativo. Estaria tal precarização expressando uma tendência ao isolamento dessas áreas em relação à dinâmica metropolitana? Poderíamos pensar numa “des-

centralização perversa” da economia informal ou mantém-se o histórico modelo do centro e suas “cidades-dormitórios”?

Por fim, antes de examinarmos os fluxos diários casa-trabalho cabe introduzirmos um indicador relevante para a abordagem aqui proposta. Uma das hipóteses apresentadas no início do trabalho refere-se à relação entre o aumento da imobilidade espacial no interior da metrópole e o aumento da população desempregada. Os dados da PNAD permitem-nos examinar a evolução da taxa de desemprego, na metrópole do Rio de Janeiro como um todo, na década de 90:¹⁴ entre 1992 e 2001, o percentual de desocupados entre a população acima de dez anos passou de 7,1% para 12,7%.¹⁵

Gráfico 2 – Percentual da PEA procurando trabalho
RMRJ – Censo 2000



É necessário, portanto, considerar na análise aqueles que estão fora do mercado de trabalho, ao se buscar avaliar as condições de acesso aos bens e serviços urbanos segundo o lugar de moradia e a situação socioocupacional dos residentes metropolitanos. As mesmas áreas periféricas que apresentaram em 2000 um significativo aumento de setores médios entre os trabalhadores exibiam, em contrapartida, elevado percentual da PEA procurando trabalho (Gráfico 2). Vale destacar os municípios de Nova Iguaçu e Caxias, onde o dinamismo econômico convivia, em 2000, com uma taxa de desemprego de 22%, ou seja, cerca de 400 mil pessoas desempregadas em Nova Iguaçu e 350 mil em Caxias. Esse contingente dá sustentação à tese da crescente imobilidade dos pobres.

Os trabalhadores desocupados e mesmo aqueles em atividades precárias e instáveis seriam os mais afetados pela redução das possibilidades de circulação na metrópole, especialmente no que se refere ao preço do transporte. Isso levaria à busca de alternativas de geração de renda no próprio local de moradia ("birosca", manicure, etc., no próprio domicílio).

Sobre a (i)mobilidade espacial casa-trabalho

Ante o quadro exposto acima, vejamos as tendências de mobilidade espacial dos trabalhadores na metrópole do Rio de Janeiro. O dado estatístico utilizado para a análise da mobilidade pendular refere-se à variável "município que trabalha e estuda", existente no censo demográfico de 2000,¹⁶ tabulada,

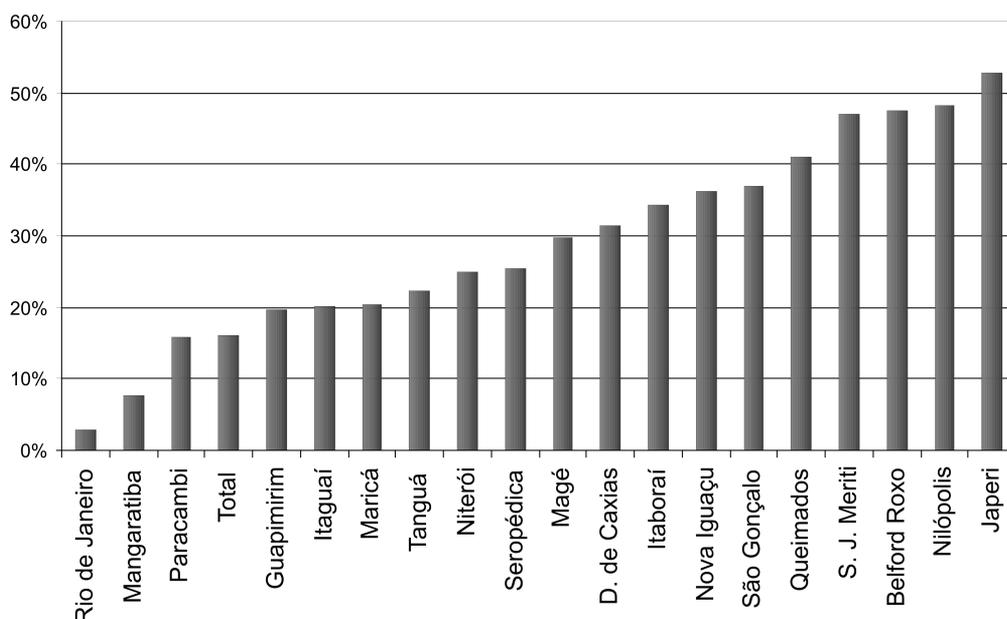
apenas, para o universo da população ocupada, residente na área metropolitana, segundo o município (na própria metrópole) em que trabalha. Vale esclarecer que tal variável não possibilita uma análise da mobilidade no interior do município.

A intensidade da mobilidade diária resulta da articulação entre a hierarquia espacial de centros e subcentros econômicos, as condições do transporte coletivo (os itinerários, a periodicidade e as tarifas) e a dinâmica imobiliária, responsável pela localização dos diferentes setores sociais no território. Como as condições de acessibilidade ao mercado de trabalho e ao consumo são muito desiguais, a distância casa-trabalho e o tempo gasto nesse percurso são indicadores relevantes na compreensão dos mecanismos reprodutores das desigualdades socioespaciais.

Estudo recente (Jardim e Ervatti, 2006) mostrou que, em 1980, 662 mil residentes na metrópole do Rio de Janeiro deslocavam-se diariamente para outro município metropolitano (seja para trabalhar ou estudar), equivalendo a 7,5% da população total. Em 2000, esse número subiu para 824 mil pessoas, permanecendo o mesmo percentual em relação ao total de moradores: 7,5%.¹⁷ Podemos afirmar que não houve aumento nem redução significativos no peso relativo dos fluxos diários, originários dos municípios periféricos como um todo. Nesse sentido, não se confirmaria a tendência à maior imobilidade dos trabalhadores.

O que mais nos chama a atenção no Gráfico 3 é a evidência de que a grande maioria dos trabalhadores metropolitanos exerce sua atividade no próprio município de residência. O maior percentual da PEA trabalhando fora de seu município de

Gráfico 3 – Percentual da PEA que trabalha na metrópole do RJ, Fora de seu município de residência – Censo 2000



residência – 53% – encontra-se em Japeri, o município mais pobre da metrópole. Em pesquisa de campo realizada em bairros populares na periferia do Rio de Janeiro,¹⁸ têm surgido visões diferenciadas, entre os moradores entrevistados, sobre a quantidade de trabalhadores que “descem” para o Rio diariamente. Em Mesquita,¹⁹ encontramos falas, entre moradores mais idosos, que resgatam a experiência do “bairro operário”, nos anos 60 e 70, num contraponto com a idéia da “cidade-dormitório”. Na realidade, as leituras acadêmicas sobre as periferias metropolitanas, ao buscarem evidenciar e refletir criticamente sobre a extrema carência em que viviam os trabalhadores ali residentes nos anos do milagre econômico, acabaram minimizando a diversidade de experiências econômicas nessas áreas. Podemos afirmar que o contingente de pessoas que trabalham

no próprio município de residência era e continua sendo extremamente elevado.

A capacidade de atração de mão-de-obra pelos subcentros periféricos, outro indicador da dinâmica econômica da região, pode ser verificada através da direção dos deslocamentos pendulares no interior da própria região: entre os trabalhadores que saem de Guapimirim, Belford Roxo, Itaboraí e Tanguá (municípios mais distantes e pobres), de 27% a 45% têm como destino outros municípios periféricos, com destaque para Nova Iguaçu e São Gonçalo (Tabela 1). No entanto, o município do Rio de Janeiro permanece com uma elevada capacidade de atração de mão-de-obra, especialmente a residente na Baixada Fluminense. Em relação à periferia norte, Niterói retém parte significativa dos trabalhadores do seu entorno.

Tabela 1 – População ocupada residente na metrópole do RJ que trabalha fora do município de residência, segundo o município em que trabalha; 2000

	Município, na área metropolitana do RJ, em que trabalha – %					
	Rio de Janeiro	Niterói	Baixada Fluminense	Periferia norte	Periferia sul	Total
Rio de Janeiro	0,0	21,6	62,9	3,2	12,5	100
Niterói	83,4	0,0	2,0	14,4	0,2	100
Baixada Fluminense						
Duque de Caxias	92,3	1,4	6,1	0,1	0,1	100
Nova Iguaçu	83,8	1,3	14,0	0,1	0,8	100
Nilópolis	80,0	0,8	18,7	0,1	0,3	100
São João de Meriti	82,0	0,9	16,9	0,1	0,1	100
Belford Roxo	71,6	0,9	27,3	0,1	0,1	100
Magé	73,5	3,9	22,9	2,6	0,2	100
Guapimirim	57,4	6,3	32,1	3,9	0,4	100
Japeri	76,1	0,5	19,6	0,0	3,8	100
Queimados	78,4	0,6	20,4	0,0	0,5	100
Periferia norte						
Maricá	51,1	36,9	1,0	11,1	0,0	100
São Gonçalo	46,1	51,2	0,6	2,1	0,1	100
Itaboraí	36,7	35,1	0,9	27,4	0,0	100
Tanguá	27,1	26,2	1,2	45,5	0,0	100
Periferia sul						
Paracambi	57,4	1,2	26,9	0,0	14,6	100
Itaguaí	70,5	1,1	2,8	0,2	25,3	100
Seropédica	74,8	1,0	6,9	0,3	17,0	100
Mangaratiba	65,6	0,0	5,1	0,0	29,2	100
RMRJ	70,2	12,8	13,1	2,9	1,2	100

Fonte: Censo Demográfico de 2000, FIBGE.

Por fim, examinando o perfil socio-ocupacional daqueles que se deslocam diariamente para outro município, em comparação ao perfil daqueles que trabalham no próprio município de residência, percebe-se a elevada capacidade dos municípios periféricos, tanto os mais quanto os menos dinâmicos economicamente, em reter parte significativa da mão-de-obra qualificada ali residente. No entanto, algumas diferenças merecem ser examinadas. Os municípios de Nova Iguaçu (importante subcentro comercial e de serviços na Baixada Fluminense) e

Japeri (o município metropolitano com os piores indicadores sociais e econômicos) serão utilizados, a seguir, como casos polares: enquanto, em Nova Iguaçu, 61% da população ocupada trabalha no próprio município, em Japeri, esse percentual cai para 45% (Gráficos 4 e 5).

Quais seriam, então, as ocupações mais absorvidas pelo mercado de trabalho local, nos dois municípios? Em ambos, destacam-se as categorias localizadas nos dois extremos da hierarquia social: ambulantes/biscateiros e empregadores (grandes e

pequenos). Em Nova Iguaçu, cerca de 80% dos ambulantes (11 mil pessoas) e 77% dos pequenos empregadores (4 mil pessoas) trabalham no município, e em Japeri, 73% (900 pessoas) e 92% (100 pessoas), respectivamente. O mercado de trabalho em Japeri consegue reter, ainda, como todos os demais municípios, parte significativa das ocupações médias em saúde e educação – 73% (em função da municipalização dos serviços de saúde e educação básica) – e os trabalhadores do comércio – 67%. Nova Iguaçu, no entanto, absorve a maior parte (mais de 60%) dos operários da indústria (em particular, da indústria tradicional e da construção civil), dos prestadores de servi-

ço especializados e dos profissionais de nível superior. Os maiores percentuais – em torno de 50% – de trabalhadores que se deslocam diariamente para fora de seu município estão nas ocupações de nível médio (técnicos, supervisores e segurança pública) e domésticas. Metade dos trabalhadores domésticos trabalha fora de Nova Iguaçu, enquanto em Japeri, esse percentual chega a 71%.

Podemos inferir que parte significativa das classes médias que emergem nas áreas periféricas da metrópole não é absorvida pelo mercado de trabalho da região. No entanto, verifica-se, em Nova Iguaçu, que as duas categorias que mais cresceram relativamente na década de 1990 – profissionais de nível

Gráfico 4 – % dos que trabalham no município de residência em relação ao total de ocupados por categoria socioocupacional – Censo 2000

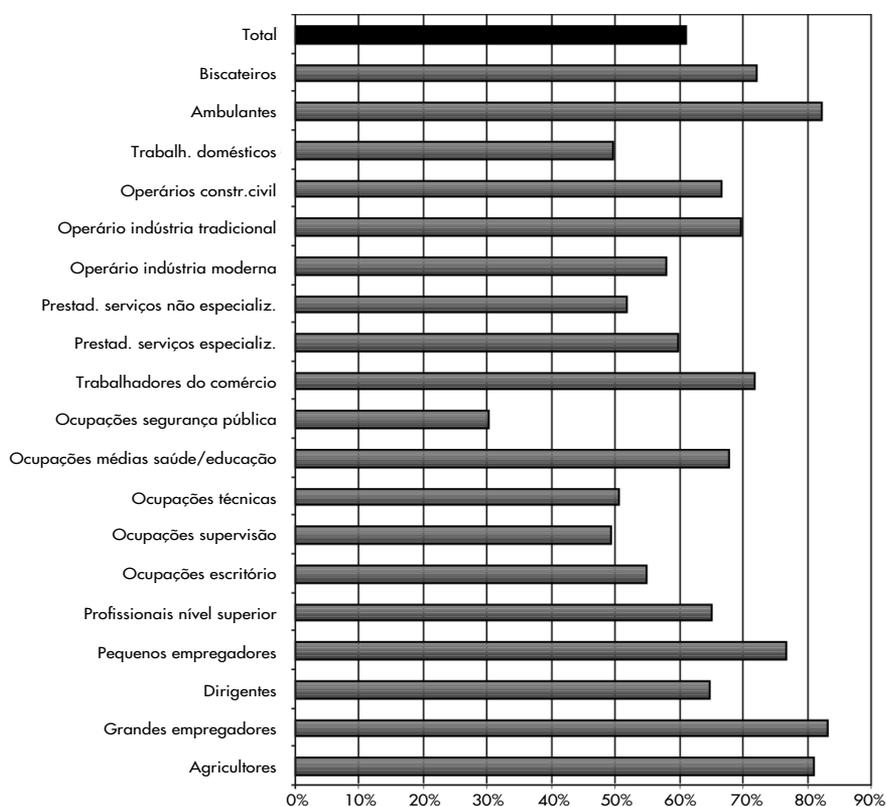
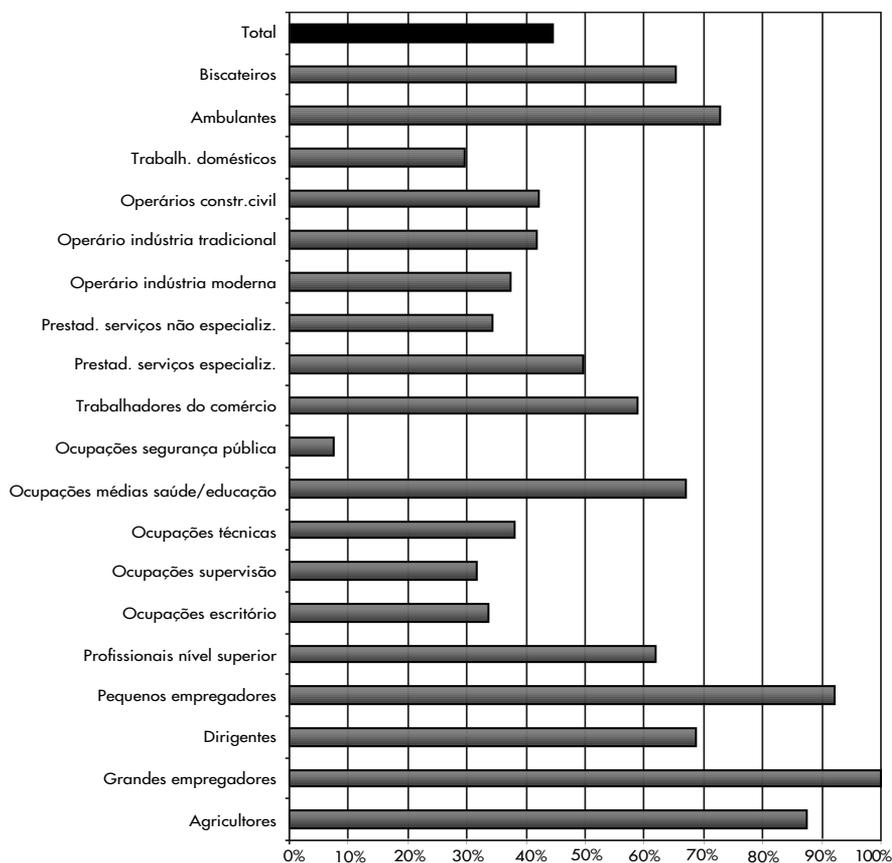


Gráfico 5 – % dos que trabalham no município de residência em relação ao total de ocupados por categoria socioocupacional – Censo 2000



superior e pequenos empregadores – e, portanto, responsáveis pela diversificação social do município, foram, em grande parte, absorvidas pelo mercado de trabalho local. Nesse caso, a “imobilidade” desses segmentos estaria vinculada a uma “descentralização virtuosa” das atividades econômicas em direção à periferia, sejam elas formais ou informais.

Por outro lado, verificamos que os trabalhadores mais precarizados (ambulantes e biscateiros), que apresentaram um relativo aumento, entre 1991 e 2000, exercem seu trabalho, majoritariamente, no município de

residência. Nesse caso, a imobilidade desses trabalhadores precarizados, somada à imobilidade dos desempregados, estariam relacionadas a uma “descentralização perversa” de uma economia popular marcada pela precariedade das condições de trabalho.

As evidências apontadas no presente trabalho indicam que somente o estudo mais detalhado e qualitativo sobre a diversidade das interações sociais no mundo popular e sobre a natureza das relações econômicas e políticas entre o centro e sua periferia permitirá uma compreensão mais abrangente e profunda dos efeitos da “crise

do trabalho” sobre as nossas históricas desigualdades socioterritoriais. Assim, poderia se buscar uma (re)visão da experiência urbana, passada e presente, na periferia as-

sim como de noções, tais como “isolamento socioterritorial” e “cidade-dormitório”, tendo em vista as possibilidades “produtivas” nesses territórios.

Luciana Corrêa do Lago

Arquiteta, doutora em Arquitetura e Urbanismo, professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)
lucianalago@terra.com.br

Notas

- (1) A autora é membro do *Observatório das Metrôpoles*, rede nacional de pesquisadores financiada pelo programa *Instituto do Milênio/CNPq*, através da qual vêm sendo realizados estudos sobre desigualdades socioespaciais e gestão urbana, que serviram de subsídio para o presente trabalho.
- (2) O debate mais recente sobre segregação no Brasil e na América Latina está mais direcionado para os efeitos das novas configurações espaciais (condomínios, favelas, etc.) sobre as formas de interação entre os diferentes segmentos sociais. Até os anos 80, o debate era pautado pela dimensão espacial das desigualdades de acesso ao trabalho e a bens e serviços urbanos.
- (3) Cabe mencionar que a emergência em áreas periféricas, de novas centralidades econômicas, associadas à presença significativa das classes superiores, não se restringe ao “efeito condomínio-shopping”. Trata-se, mais uma vez, de um reducionismo que encobre a complexidade e a historicidade da dinâmica urbana. No município periférico de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, vem se consolidando, desde os anos 80, uma área com elevada diversidade social, acelerada valorização imobiliária, expansão de atividades econômicas e ausência dos grandes condomínios cercados. Expandem-se luxuosos edifícios de apartamentos em vias públicas, nos moldes daqueles encontrados nos bairros residenciais das elites cariocas.
- (4) Hoje, a área metropolitana do Rio de Janeiro inclui 20 municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Mesquita, Tangará, Maricá, Itaguaí e Mangaratiba, abrigando cerca de onze milhões de residentes.
- (5) A mensuração do grau de precarização do trabalho com base em dados estatísticos oficiais não abrange todo o universo da chamada “informalidade”, não estando incluídas as atividades ilegais. Além disso, as variáveis “empregados sem carteira” e “autônomos”, aqui utilizadas para medir a precarização, englobam uma diversidade grande de relações de trabalho e de atividades, tais como ambulantes, pequenos empreendedores e empregados terceirizados.



- (6) Oliveira (2004) analisou o crescimento da informalidade para o estado do Rio de Janeiro, entre 1991 e 2000, concluindo que foram exatamente “os trabalhos com menor grau de proteção social e mais baixos níveis de remuneração – empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria sem contribuição à Previdência e trabalhadores domésticos – os que apresentaram maior crescimento na década de 1990. (p. 12)
- (7) A análise da estrutura socioespacial desenvolvida no Observatório das Metrôpoles tem como ponto de partida a construção de uma tipologia socioespacial, baseada nos dados censitários de 1980, 1991 e 2000. Através de uma análise fatorial por correspondência da distribuição das categorias socioocupacionais pelas áreas em que foi desagregada a metrópole, seguida de uma classificação hierárquica ascendente, chegou-se a oito tipos socioespaciais: superior, superior médio, médio, médio inferior, operário, popular operário, popular, popular agrícola. A identificação de tais tipos está fundada na relação do perfil médio da composição socioocupacional de cada área com o perfil médio da metrópole como um todo. Nesse sentido, a tipologia socioespacial contém o grau de homogeneidade social das áreas e de concentração espacial das categorias. As condições de acesso à moradia e aos serviços urbanos são examinadas em sobreposição a essa estrutura socioespacial.
- (8) Para uma análise mais detalhada sobre o tema, referente ao período 1980 a 1991, ver Lago (2004).
- (9) De uma maneira geral, o que se verificou foi uma relativa estabilidade da estrutura socioespacial, entre 1980 e 1991. Embora 45% das áreas tenham apresentado alguma mudança no perfil social, apenas em metade destas tal mudança foi capaz de alterar a posição da área na hierarquia socioespacial da metrópole, ou seja, alterar o tipo socioespacial da área. Com base nessas alterações, três tendências – a elitização, a diversificação social e a proletarização (a queda na participação do operariado e o aumento do proletariado ou do subproletariado) – demonstraram certa relevância.
- (10) Para o município do Rio de Janeiro como um todo, entre 1991 e 1996, o ritmo de crescimento da população favelada (1,6% ao ano) manteve-se bem acima do referente ao da população não favelada (0% ao ano).
- (11) As áreas de tipo superior englobam a zona sul, Barra da Tijuca e parte da zona norte do Rio de Janeiro, bairros da orla de Niterói e o centro de Nova Iguaçu. As áreas de tipo médio englobam grande parte da zona suburbana, Jacarepaguá e centro de Campo Grande no Rio de Janeiro, centro e arredores de Niterói, e áreas centrais de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis, São Gonçalo, Maricá.
- (12) As áreas de tipo operário e popular englobam a zona oeste, parte de Jacarepaguá e as favelas do Rio de Janeiro, as favelas e áreas não classificadas como superiores e médias em Niterói e todos os demais municípios periféricos, excluindo-se suas respectivas áreas centrais de tipo médio.
- (13) Ambos os municípios retiraram-se, oficialmente, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, buscando “desfazer” o *status* de periferia metropolitana.
- (14) Não é possível uma desagregação dos dados da PNAD por município. Além disso, o Censo 2000 (que permitiria a desagregação) sofreu alterações em relação ao Censo 91, no que se refere ao conceito de “ocupação”, impossibilitando a análise evolutiva da taxa de desocupados.
- (15) Tabulação Datasus, com base na PNAD/IBGE. Disponível em: www.datasus.gov.br.
- (16) Essa variável não foi incluída no censo demográfico de 1991.



- (17) Se excluirmos do cálculo o município do Rio de Janeiro (pólo de atração desses fluxos e cuja proporção de pessoas que saem diariamente é ínfima), esse percentual, referente a 2000, sobre para cerca de 13%.
- (18) Pesquisa em andamento, coordenada pela autora, sob o título “A produção e a apropriação desigual do espaço metropolitano do Rio de Janeiro: uma análise das ações e representações sociais sobre o território”, CNPq.
- (19) Município recém-emancipado na Baixada Fluminense.

Referências

- CALDEIRA, T. P. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp/Editora 34.
- HARVEY, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec.
- JARDIM, A. e ERVATTI, L. (2006). Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: a condição de renda das pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência em 1980 e 2000. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu.
- KOWARICK, L. (1983). *A espoliação urbana*. São Paulo, Paz e Terra.
- LAGO, L. C. (2000). *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro, Revan.
- _____. (2004). “O mercado imobiliário e a mobilidade espacial na produção da segregação urbana: a metrópole do Rio de Janeiro em foco”. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, FASE, Observatório das Metrôpoles.
- NERI, M. (1999). A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. *Economia Aplicada*, v. 3, n. 3, pp. 384-406.
- OLIVEIRA, J. S. (2004). Mutações no mundo do trabalho: o (triste) espetáculo da informalização. *Democracia viva*. n. 21, abril/maio, pp. 6-13.
- POCHMANN, M. (2006). “Desempregados do Brasil”. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- PORTES, A. (1989). “Latin american urbanization during the years of the crisis”. *Latin American Research Review*, vol. XXIV, n. 3, pp. 7-44.
- RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. C. (1992). “Crise e mudança nas metrópoles brasileiras: a periferização em questão”. In: LEAL, M. do C. et alii (org.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento*, v. 1, São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco.

Recebido em abr/2007
Aprovado em ago/2007